



Reflexões sobre a Política Externa Brasileira para a África

HENRIQUE GERKEN BRASIL*

Resumo: A retomada, no governo Lula, de uma política externa brasileira voltada para as relações Brasil-África renova o estudo dessa aproximação, estimulando o debate sobre os motivos da mesma. Desse modo, este trabalho busca analisar tais relações numa perspectiva histórica, iniciando no governo Jânio Quadros, que, assim como o governo Lula, empreendeu novas direções na política externa brasileira em geral, e na política para a África em particular. Para esse fim, utiliza-se a narrativa construída pelos principais agentes formuladores da política externa brasileira, buscando analisar a relação do discurso com o contexto histórico, ou seja, as condicionantes internas e externas da política externa.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Relações Brasil-África; História da Política Externa; Relações Internacionais.

1. Objetivos

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre o Brasil e o continente africano numa perspectiva histórica, desde 1960 até a década de 1980. Desse modo, busca-se visualizar a política externa brasileira para a África como um processo, e, de certo modo, para servir de “prólogo” para a análise mais detalhada da política externa do governo Lula em relação à África, em trabalho posterior. Depois de um período de “banho-maria”, a partir dos governos Fernando Collor e Fernando Henrique – apesar do incremento nas relações comerciais –, Lula e seu chanceler, Celso Amorim, partem para uma nova revalorização das relações, tanto políticas quanto econômicas. Suas iniciativas acabam por seguir trilhas já pisadas, mas levemente esquecidas.

2. Introdução e metodologia

No período analisado, em relação à política africana, seguimos Fonseca Jr.: existem condicionantes, à política externa, internacionais e nacionais. Quanto àquela, são aspectos sistêmicos, e devemos levar em conta que de 1960 a 1990 a lógica internacional era ditada pela bipolaridade da Guerra Fria. Quanto a esta, são aspectos de política interna, como orientação da presidência, grupos de apoio político (FONSECA JR., 1998: 304). Neste último, um elemento muito relevante para a política africana brasileira foi a pressão portuguesa de valorização de laços afetivos entre Brasil e Portugal. À condicionante externa – que a bem da verdade vai um pouco além do fim da Guerra Fria – soma-se também a

* Mestrando no Programa Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo

conjuntura econômica internacional, principalmente nos choques do petróleo e posteriormente a crise da dívida externa. E, internamente, o próprio desenvolvimento econômico brasileiro, cuja capacidade industrial está se desenvolvendo nas décadas de 1960 e 1970, e cuja demanda por petróleo também é crescente. com as mudanças do cenário internacional, principalmente em relação aos fóruns multilaterais, em alternativa à bipolaridade da Guerra Fria, o continente africano, com diversos novos países, passa a ser fonte de apoio para demandas comuns no diálogo Norte-Sul (SARAIVA, 1994: 308).

Assim, no período ora analisado, as condicionantes modificam-se, mas a política externa, a grosso modo, busca adaptar-se para manter o desejado grau de autonomia. Nesse sentido que Fonseca Jr. coloca como uma das virtudes da Política Externa Independente (PEI) e do Pragmatismo Responsável a coerência do discurso da política externa em relação à África (FONSECA JR., 1998: 343). Entretanto, no caso da PEI, uma condicionante interna seria um duradouro constrangimento, que desaparece justamente no início do governo Geisel: a influência portuguesa. Era completamente inviável para o Brasil seguir com a aproximação com os africanos sem uma mudança, uma ruptura com o relacionamento com o Portugal colonialista, e, também, com a África do Sul racista.

Letícia Pinheiro coloca como principal característica da política externa brasileira frente à descolonização a ambiguidade (PINHEIRO, 1989: 92). Por exemplo, apesar do discurso diplomático a favor da descolonização, quando se tratava das colônias portuguesas, o antigo Tratado de Consulta e Amizade, datado de 1953, era invocado, mostrando alinhamento nas posições dos dois países. A narrativa sobre os vínculos antigos entre Brasil e Portugal vem de antes da década de 1960. O representante brasileiro na ONU, em 1953, legitima a posição colonial portuguesa, pois “a tarefa civilizadora de Portugal nas Américas, África e Ásia se realizou acima dos fatores materiais do colonialismo” (PINHEIRO: 106).

Havia, ainda, o questionamento da viabilidade da África como parceiro comercial – questionamento que não deixou de existir nem no período Lula. Muitos buscavam o argumento de que os países africanos seriam concorrentes brasileiros no mercado de bens primários, como café e cacau, ainda mais depois de acordos como o de Lomé, pelo qual ganham preferências nos mercados europeus. Ignácio Rangel, em artigo de 1962, enxerga de outra maneira (RANGEL, 1962: 81-83). Ele defende que o Brasil deve encarar a África não como competidor, mas como novo mercado, capaz de absorver produtos brasileiros. Percebe que o processo africano de independência é irreversível, e que o Brasil deve agir

3

conscientemente. Entende como injustificado o temor de África se tornar forte concorrente, pois o mercado seria ampla suficiente para ambos. Como novo mercado, os países africanos estão em processo de desenvolvimento, mas se tornarão mercados para os produtos manufaturados brasileiros.

Ainda quanto à ambiguidade colocada por Letícia Pinheiro, é possível observar essa característica na análise das narrativas construídas pelos próprios chanceleres brasileiros no período. Também como ferramenta metodológica, a análise de memórias e depoimentos, na condição de narrativas históricas¹, pode mostrar não só os avanços e recuos mas também a presença dos condicionantes externos e internos na formulação da política externa e de elementos de identidade nacional, principalmente como o Brasil enxerga a influência africana na sua própria formação.

3. Momentos da Relação Brasil África

As críticas à formulação de uma política externa de aproximação ao continente africano são comuns e constantes no período considerado. Um exemplo rápido e recente é a declaração do presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro: “O que nunca deveria ter acontecido é essa cooperação Sul-Sul. Se só o Nafta representa 17,8% das importações mundiais, por que vou selecionar dois mercados (América do Sul e África) que, juntos, não representam nem 7%?”² Mauro Vieira, o atual chanceler brasileiro, em artigo de opinião no jornal Folha de São Paulo, defende a “diplomacia de resultados”: “Nos 18 países africanos em que o Itamaraty abriu novos postos, as exportações de bens saltaram de US\$ 736 milhões para US\$ 1,6 bilhão entre 2004 e 2014. Com o Caribe, o intercâmbio comercial passou de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 6,6 bilhões entre 2003 e 2014.”³

Como o próprio Celso Amorim, chanceler do período Lula, colocaria, em referência à aproximação com a África empreendida nesse período, a política brasileira para a África deve

¹ No estudo do discurso Genette estabelece 3 sentidos para “narrativa”, e a análise do discurso resultaria na análise da relação entre esses sentidos. Genette propõe então denominações para cada sentido, a fim de deixar mais claro o estudo. “História” seria o conteúdo narrativo; “narrativa” seria o enunciado, discurso ou texto narrativo; e “narração”, o ato produtor. Desse modo, a História como representação do que aconteceu também pode ser encarada como história como narrativa, e assim, como propõe Genette, deve ser estudada nas suas relações entre narrativa e história, e história e narração. (GENETTE, 1996: 23-25)

² <http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/economia/2015-06-09/eua-voltam-a-ser-o-principal-foco-da-politica-comercial-do-brasil.html> . Consultado em 14 de junho de 2015.

³ Folha de São Paulo, 11 de junho de 2015. <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2015/06/1640490-mauro-vieira-as-embaxadas-e-a-diplomacia-de-resultados.shtml> . Consultado em 14 de junho de 2015.

4

em primeiro lugar negociar com a opinião pública brasileira: “Era preciso superar resistências e mobilizar uma boa vontade existente, porém difusa, em nossa sociedade” (AMORIM, 2013: 141). Essa percepção de Amorim é completamente válida para todo o período a partir de 1961, inclusive sofrendo resistência dentro do próprio Ministério de Relações Exteriores. A fim de observarmos esses aspectos ao longo do período, este trabalho divide a análise da política externa brasileira para a África em momentos homogêneos em relação a ela, às vezes passando por mais de um governo.

3.1. Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)

Jânio Quadros, trabalhando em conjunto com o chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, empreenderia uma reviravolta na política externa brasileira, nas palavras de José Honório Rodrigues (1982: 401). Sob a égide de Quadros e João Goulart que a “Política Externa Independente” seria formulada, trazendo definitivamente para a política externa brasileira a defesa da descolonização, autodeterminação, autonomia e desenvolvimento e priorizando o contexto hemisférico.

Em relação ao continente africano, Quadros mostra-se ciente de que o Brasil deveria se aproximar dos países africanos recém independentes. Antes mesmo de ser eleito, Quadros afirma que manterá relações diplomáticas com os países africanos e asiáticos, caso eleito, tendo em vista não apenas as vantagens econômicas, mas também o aumento da autoridade internacional do país, ao construir essas relações⁴. A mensagem de Quadros para o Congresso Nacional, após ser eleito, confirma a nova narrativa para a África do novo governo:

“O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este governo empresta à sua política de aproximação com a África” (FRANCO, 2007: 55).

Em seu conhecido artigo publicado pela revista *Foreign Affairs*, logo após a sua renúncia, Quadros reafirmava o discurso no qual o Brasil seria a ponte entre a África e o ocidente: “Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos

⁴ Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 12 de março de 1960, p. 6.

conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deveria tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente.” (FRANCO, 2007: 151).

Afonso Arinos, chanceler de Quadros durante o efêmero governo de sete meses, teve papel fundamental nesse discurso em relação à África. Cabe lembrar que Arinos era reconhecido nacionalmente por ter sido o autor da lei contra a discriminação racial, em 1951. Entretanto, parte de seu discurso de aproximação entrava na chave da miscigenação, provavelmente ainda influenciado pelas ideias de Gilberto Freyre. O seu discurso de posse na pasta das Relações Exteriores mostra essa ideia: “Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo.” (FRANCO, 2007: 35). Nesse mesmo discurso, também podemos notar a sincronia com as palavras do presidente, no artigo posterior na *Foreign Affairs*: “O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais.” (FRANCO, 2007: 34)

Essa narrativa ia ao encontro da ideia de intelectuais brasileiros à época, como Maria Yedda Linhares. Jerry Dávila, em seu livro *Hotel Trópico*, mostra como a intelectualidade brasileira se mostrava entusiasmada com a África, como por exemplo nas palavras de Linhares: “(...) a África era muito importante para nós, intelectuais, pessoas que nos julgávamos mais de esquerda. Tem de mudar a política, tem que se voltar para a África. O Brasil tem suas raízes na África”. (DÁVILA, 2011: 69). As ideias de Afonso Arinos também refletiam esse sentimento, como pode ser observado em um dos volumes de suas memórias:

“Minha política africana (...) era fundada em dois propósitos. De um lado eu sentia a possibilidade e até mesmo a relativa facilidade de construir um sólido prestígio brasileiro nos novos Estados negros⁵. (...) O Brasil é um dos maiores, senão o maior Estado negro do mundo, e uma política de aproveitamento deste fator inafastável teria grandes resultados, tanto no prestígio do nosso país na comunidade africana (com vantagens para nossa ação nas Nações Unidas) como no despertar do interesse e do apoio das grandes massas brasileiras de sangue mestiço em relação à política externa do governo.” (FRANCO, 1968: 143-144).

⁵ A descolonização africana, então, estava no auge. Em 1960, o “Ano da África”, tornam-se independentes Camarões, Togo, Madagascar, Congo Belga, Somália, Alto Volta (Burkina Faso), Costa do Marfim, Daomé (Benim), Níger, República Centro-Africana, Chad, Gabão, Congo, Nigéria, Mali e Mauritânia. (Rodrigues, 1982: 244)

Com isso em mente, Arinos afirmava a necessidade de estabelecer uma política externa baseada primeiro na presença diplomático-cultural, em primeiro plano, e econômica, em segundo (FRANCO, 1968: 144). A “ponte” entre África e Brasil, portanto, seria baseada em primeiro lugar por um suporte de identidade cultural. Nessa linhas, o estabelecimento de novas embaixadas e a nomeação de embaixadores fora da carreira, principalmente intelectuais e escritores – como a malfadada nomeação do primeiro embaixador negro brasileiro, o jornalista Raymundo de Souza Dantas –, refletem essa narrativa. Além disso, pode-se citar também a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos (IBEAA), para desenvolver estudos e projetos de conhecimento mútuo, prevendo também bolsas de estudos para estudantes africanos, intercâmbio de professores, exposições e seminários (LEITE, 2011: 99-101).

Apesar disso, essa nova política ia de encontro aos interesses portugueses, ameaçando as “províncias ultramarinas” no continente africano. A defesa da descolonização por parte do Brasil deslegitimava a insistência de Salazar em manter as colônias africanas. Afonso Arinos sofria pressão por todos os lados: “Só o que tive de sofrer em matéria de ataques, perfídias e incompreensões a propósito de nossa política com Portugal (...) daria para amargar um homem menos confiante nas suas ideias e com menos capacidade de desdém.” (FRANCO, 1968: 145).

Depois da inesperada renúncia de Quadros, em agosto de 1961, a pasta das Relações Exteriores receberia outros chanceleres, que continuariam a desenvolver a PEI, principalmente Francisco Clementino San Tiago Dantas (1961 a 1962) e João Augusto de Araújo Castro (1963 a 1964). As contradições, principalmente em relação a Portugal, continuariam. Após o golpe, em março de 1964, a posição brasileira em relação à descolonização dos territórios portugueses em África ficaria enfraquecida frente a uma maior defesa dos interesses portugueses.

3.2. Governos Castelo Branco e Costa e Silva (1964-1969)

Durante os dois primeiros governos militares, a política externa para a África sofre um recuo em particular, e a política externa brasileira como um todo. Se de um lado a PEI era acusada de ideologia, a política externa do governo militar anunciava uma política de alinhamento com os Estados Unidos e um posicionamento anticomunista. Os chanceleres do

período, principalmente Vasco Leitão da Cunha (1964 a 1966) e Juracy Magalhães (1966 a 1967), além de José Magalhães Pinto (1967 a 1969), iriam elaborar a teoria dos círculos concêntricos, segundo a qual o interesse brasileiro coincide com as áreas de interesse da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental (VIZENTINI, 1998: 34).

No contexto da luta contra o comunismo, que o Brasil expressamente adere, a política para a África sofre um claro recesso, cujo consequência mais notável é o fortalecimento do apoio ao colonialismo português. Paradoxalmente, o discurso pró-independência em relação aos países africanos não é abandonado, mas, no caso português, a independência deve partir da iniciativa portuguesa, sem intervenções. A relação brasileira com esses territórios passavam obrigatoriamente por Portugal (SARAIVA, 1994: 304).

O posicionamento pró-Portugal era claro no próprio chanceler brasileiro. Vasco Leitão da Cunha, em entrevista ao CPDOC, afirma claramente que, em sua opinião, a política anticolonialista brasileira “era exagerada. Era muito hostil aos que se consideravam nossos amigos.” (CUNHA, 1994: 231). Indagado sobre um novo posicionamento brasileiro, Leitão da Cunha entendia que

“o que devíamos fazer era nos beneficiarmos das nossas relações com os países africanos, tendo em consideração a nossa política de não-discriminação racial. (...) Minha opinião sobre esse assunto, em resumo, era que devíamos fazer uma política africana, mas não em termos de passar a obedecer às injunções africanas em vez de obedecer às injunções americanas.” (CUNHA, 1994: 231).

Deve-se notar que apesar do recuo, as relações não foram de modo algum rompidas. Castelo Branco recebeu a visita do presidente do Senegal, Léopold Senghor (apesar de que esta visita estava planejada antes do advento do golpe), sendo a primeira visita de um presidente da África subsaariana ao Brasil (SARAIVA, 1994: 305). O Itamaraty organizou uma missão comercial para a África em 1965, para levantar as demandas africanas, e visitou Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim⁶. Em 1966, o Brasil participaria do Festival Mundial de Arte Negra, ocorrido no Senegal, e celebrou acordos comerciais com Camarões e Libéria (RODRIGUES, 1982: 507). Juracy Magalhães e José Magalhães Pinto seguem essa política externa de alinhamento aos Estados Unidos e de apoio às pretensões coloniais europeias (principalmente portuguesas), com o raciocínio anticomunista e de preservação ideológica (VIZENTINI, 2004: 128).

⁶ O Estado de S. Paulo, 09 de abril de 1965, p. 7.

3.3. Governo Médici (1969-1974)

Em comparação com o governo anterior, o período Médici testemunha uma nova rodada de aproximação brasileira à África. Médici convida o diplomata Mario Gibson Barboza para assumir a pasta do Ministério das Relações Exteriores. Barboza iria empreender iniciativas a fim de retomar a política para a África iniciada com Afonso Arinos, de quem foi chefe de gabinete no período Quadros. Barboza descreve nas suas memórias a relação com Arinos e como foi influenciado por ele na questão do continente africano, quando tornou-se ministro. “Creio que brotou dessa fase a semente de tudo o que vim a formular e executar, nove anos mais tarde, na minha gestão como Ministro.” (BARBOZA, 2007: 342).

Durante sua gestão, o dilema português apareceu-lhe mais claramente. Ao contrário de Vasco Leitão, Barboza questionava os antigos laços entre Brasil e Portugal:

“tradicionalmente mantínhamos relações especiais com Portugal, célula mater da nossa nacionalidade (...); por outro lado, Brasil era uma ex-colônia, e não podia deixar de simpatizar, solidariamente, com os anseios libertários de possessões africanas submetidas a uma anacrônica política colonial, possessões estas cujas populações (...) haviam contribuído de modo relevante para nossa formação, através de suas culturas trazidas pela força para o nosso país, durante os tristes tempos da escravidão.” (BARBOZA, 2007: 367).

Premido pela necessidade de garantir fornecimento de petróleo, a África era essencial para a estratégia brasileira. Nesse sentido, tanto a Petrobrás, na pessoa do general Geisel, quanto o Ministério da Fazenda, com Delfim Neto, faziam pressão para a entrada do Brasil no continente africano via as colônias portuguesas (VIZENTINI, 2004: 179). Barboza enfrentava essas pressões internas, além da pressão vinda da imprensa (2007: 254). Ainda, apesar de condenar a discriminação racial na África do Sul, o Brasil manteve boa relação com este país, abstendo-se ainda na condenação ao apartheid na Assembleia Geral da ONU, e votando ao lado de Portugal nas questões coloniais (VIZENTINI, 2004: 178).

Portugal fez forte oposição à famosa viagem de Barboza à África, em 1972, conhecida como “périplo africano”. O chanceler visitou 9 países entre outubro e novembro: Costa do Marfim, Senegal, Gana, Togo, Daomé (atual Benim), Nigéria, Camarões, Zaire (atual República Democrática do Congo) e Gabão. Nessa ocasião, ele pôde entender o desconhecimento mútuo entre os países africanos e o Brasil. Em suas memórias, descreve

9

diversas situações pelas quais passou com os dirigentes africanos. Em Togo, teve a oportunidade de conhecer a comunidade de descendentes de ex-escravos brasileiros retornados, os Agudás, cujas comunidades também vivem em Benim e Nigéria. Essas situações demonstraram a ele a importância da relação entre Brasil e África, que, na sua opinião, “é um ângulo cultural básico, na busca da nossa própria identidade como nação.” (2007: 422). Ao fim da visita, Barboza conclui:

“A visita à África (...) não constituiu assim, exclusivamente, a abertura de vias de intercâmbio comercial e cooperação mútua, assinatura de acordos, a proclamação de princípios gerais de convivência internacional, mas também o reconhecimento e a retomada de uma das raízes da nossa formação, abandonada pelo descaso ou preconceito de gerações que se envergonhavam do fato de sermos um país mestiço. Ignorando que nisso, precisamente, reside um dos traços predominantes de nossa individualidade como nação.” (2007: 422)

3.4. Governo Geisel (1974-1979)

No tocante às relações com Portugal, a política externa brasileira para a África se veria finalmente livre do constrangimento da política salazarista. Em 25 de abril de 1974 eclodiria a Revolução dos Cravos, que derrubaria o governo herdado de Salazar, provocando a saída dos portugueses de suas possessões africanas. Antonio Francisco Azeredo da Silveira assumiu a pasta, como Ramiro Saraiva Guerreiro na posição de secretário geral. Segundo Guerreiro, a Revolução dos Cravos ajudou a mudança de rumos na política em relação a Portugal e suas colônias, mas a decisão de mudar já estava tomada pelo presidente Geisel.

“Ela (a mudança) veio depois da decisão ter sido tomada firmemente. A revolução não influenciou na decisão. Quando eu cheguei, a decisão com relação às colônias portuguesas e à política africana em geral era definitiva e a nível presidencial. Era coisa acabada. Mas a revolução facilitou, digamos assim, se se quiser, no sentido de que essa mudança de posição nossa não criou um problema específico nas relações com Portugal.” (GUERREIRO, 2010: 209)

A mudança citada era o apoio à autodeterminação das colônias portuguesas. Geisel estava seguro que a situação das colônias era inviável e a independência, inevitável. A aproximação com a África, na sua visão, passava pelo fim da ambiguidade com Portugal. Se este não aceitava a nova situação, o Brasil não deveria mais estar ligado a sua posição (GUERREIRO, 2010: 207).

Azeredo da Silveira, desse modo, executa, sem alardes, a política traçada com o presidente, e dá continuidade à gestão de Barboza, pondo fim ao entrave português. O apoio ao colonialismo português seria totalmente retirado, “embora reconhecêssemos todos os laços de tradição e de amizade com Portugal”. (SPEKTOR, 2010: 94). Conforme Azeredo,

“toda uma geração de brasileiros estava envenenada por palavras (...) que estavam entranhadas na alma de certos setores. (...) com a desculpa de que o país era inviável, ou do ponto de vista econômico, ou do ponto de vista cultural, ou do ponto de vista social, justificava-se uma dominação colonialista que depois provou que tinha sido a coisa mais retardatária para essas próprias regiões.” (SPEKTOR, 2010: 94).

Dessa vez, não haveria recuo em relação ao discurso apresentado. O governo brasileiro reconhece a independência de Guiné-Bissau antes mesmo do fim das negociações desse país com Portugal. Em novembro de 1975, após longo e árduo trabalho *in loco* de Ítalo Zappa e Ovídio de Melo, o Brasil é o primeiro país do mundo a reconhecer o governo do MPLA em Angola. Ainda em 1975, são estabelecidas as relações diplomáticas com Moçambique. Com isso, tanto Rodrigues (1982) e Fonseca Jr. (1998) enxergam no Pragmatismo Responsável de Geisel uma mudança de curso na política externa, desenhando-se “um afastamento em relação à proposta doutrinária vigente e fazia-se uma crítica implícita do “ideologismo” que teria orientado os momentos imediatamente anteriores à formulação diplomática” (FONSECA JR., 1998: 294).

3.5. Governo Figueiredo (1979-1985)

Com o segundo choque do petróleo ao fim da década de 1970 e o início da crise da dívida na década de 80, a relação entre Brasil e África começa a se deteriorar. Entretanto, havia ainda o interesse de ambas as partes para avançar na aproximação. Saraiva Guerreiro assume a gestão no Itamaraty, e pela proximidade com Azeredo no período anterior, a política externa não recebe grandes mudanças de rumo. A crise da dívida iria dificultar as relações econômicas mais ao fim do governo Figueiredo, mas antes disso o governo já estimulava a prática do “countertrade” para superar o problema de divisas. Essa prática, que consistia na troca de petróleo por venda de serviços, ocorreu com os principais parceiros, como Angola e Nigéria (PENHA, 2011: 174).

Desse modo, Guerreiro dava continuidade à política de Azeredo, conforme as possibilidades. O chanceler fez diversas viagens à África, o que foi alvo de críticas, acusando-o de dar mais atenção à África do que à Europa e aos Estados Unidos. A essa crítica, Guerreiro responde:

“Agora, essa crítica de que houve mais ênfase na África do que na Europa, isso não é verdade. Simplesmente, o que acontece é que as relações com os Estados Unidos e com a Europa são relações tradicionais e muito consolidadas. Não há coisas novas extraordinárias a fazer. Não há ressentimentos a superar. E, são países importantes, países que não vão contar ou considerar como particularmente significativa a visita do Ministro do Exterior do Brasil.” (GUERREIRO, 2010: 502)

Durante o período, como auge das relações, o presidente Figueiredo faz a primeira viagem de um chefe de Estado brasileiro à África, em 1983, visitando Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia. Figueiredo daria especial atenção aos países de língua portuguesa, permitindo aprofundar uma política de compreensão e entendimento, uma vez que, segundo Guerreiro, tal política era impedida pela “hipoteca” portuguesa (GUERREIRO, 1992: 191). O comércio, entre 1982 e 1984 tiveram crescimento considerável, mas logo sofreria pela crise da dívida. Todavia, Guerreiro via o continente africano além das potenciais vantagens econômicas para o Brasil.

“A África é e, creio, crescentemente será importante para nós. O fato de sua miséria presente não nos deve enganar, nem realimentar preconceitos inaceitáveis, que seriam a própria negação do que somos. Metade pelo menos da população brasileira tem algum sangue africano. O Brasil, disse em várias ocasiões, não é uma sucursal da África, mas tampouco é uma sub-Europa ou um resíduo ameríndio. Daí nossa complexidade e personalidade próprias.” (GUERREIRO, 1992: 185).

4. Síntese da relação

Considerando a relação Brasil-África como objeto de análise, podemos observar que, a partir do auge da descolonização africana, a política externa brasileira apresenta um crescente aprofundamento. A relação sofre com condicionantes externos, principalmente as crises econômicas e financeiras do fim da década de 1970, e com condicionantes internos, como a pressão pela luta anticomunista, presente de modo mais latente durante a ditadura militar, e a influência portuguesa. No período da PEI, temos uma busca consciente pela aproximação, com o discurso culturalista fazendo a ponta de lança. O golpe de 1964 corta esse plano, e faz

um recuo maior nos dois primeiros governos, apesar de manter as relações comerciais. A partir de 1969, a busca por mercados para os produtos brasileiros e fornecedores de petróleo traz de volta a iniciativa de estreitar os laços com a África. Até 1974, a influência portuguesa mantém-se como “hipoteca” das relações, sumindo com a Revolução dos Cravos e permitindo a correção da política brasileira com as ex-colônias portuguesas. Entretanto, a relação com a África do Sul do apartheid continuaria até meados da década de 1980. A crise dessa década, que atinge tanto Brasil quanto África, esfria novamente as relações.

5. Considerações Finais

Rodrigues afirmou mais de uma vez em seu livro sobre as relações Brasil-África que o Brasil não tinha e não teve uma política africana (principalmente na década de 60). Entretanto, observando desde a década de 1960 até a década de 1990, podemos observar que a África não saiu do olhar brasileiro. Talvez seja o caso de se diferenciar, em diversos períodos, uma *política externa brasileira para a África* de uma *política africanista do Brasil*. Considerando-se a partir da descolonização africana, o Brasil esboçaria pela primeira vez, com Quadros e a PEI, uma política africanista, no sentido de, pelo menos no discurso e no sentimento da intelectualidade progressista, haver uma política externa que também abarcasse a afinidade e identificação com a cultura africana. Por outro lado, no imediato pós-golpe de 64, por conta da ideologia da Guerra Fria, as relações são mantidas formalmente, sem muito esforço de aproximação, em que pese visitas de autoridades africanas e missões comerciais brasileiras. A partir de Médici, com o chanceler Mário Gibson Barboza, a política africanista começa a ser retomada, mas ainda limitada pelo clima da Guerra Fria e da pressão portuguesa. O governo Geisel seria um mais um marco dessa política, já sem a pressão portuguesa em relação às antigas colônias, com o reconhecimento de Angola. A década de 80 seria, a princípio uma continuação dessa linha de Geisel, mas com a crescente crise tanto africana quanto brasileira, caminharia mais uma vez, a partir da década de 1990, para uma relação mais de observador da África do que participativo. Cristovam Buarque, em 1999, critica a política externa para a África justamente nessa linha: “nossa política externa se limita a manifestar preocupações” (BARRETO, 2012: 439). Lampreia, o chanceler de então, responde que o Brasil está presente na África nas missões de paz e estabelecendo cooperações técnicas com os países africanos (2012: 440). No entanto, a presença brasileira se dá mais via Nações Unidas do que ações efetivas, que são, de fato, prejudicadas pelos contextos conflitivos de

vários países. Mas não muda a crítica de Buarque, a política externa brasileira para a África nesse momento não busca afinidades ou identificação, mas confere mais importância à participação brasileira em fóruns multilaterais, onde discute ações para o continente africano.

Luis Felipe Lampreia, coloca claramente as prioridades do governo de Fernando Henrique em relação à África em seu livro de memórias.

“O Brasil precisa ter uma política positiva e presente em relação à África, dispensando-lhe atenção por grande parte da nossa população ser de origem africana e pelo fato de haver uma identidade marcante. Não devemos olhar a África apenas como o maior contingente de votos na ONU, capaz de ajudar o nosso país a conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança.” (LAMPREIA, 2012: l. 548)

A falta de uma política mais assertiva na década de 1990 iria inclusive influenciar o chanceler de Lula, Celso Amorim, quando escreve os pontos principais da política externa do novo governo para o discurso de posse de Lula. Segundo o chanceler, ao escrever e enviar as notas, ele não havia mencionado a África, mas a equipe do presidente corrigiu esse equívoco (AMORIM, 2013: 142).

Portanto, as relações brasileiras desde a descolonização até o fim da década de 1990 passam, de fato, por intensidades diferentes, mas em nenhum momento são abandonadas. Essas relações, como toda a política externa, são modificadas conforme mudam as condicionantes internacionais, principalmente. Os recuos, silêncios ou rupturas, como dizem alguns autores, podem ser identificados com os momentos de maior ou menor intensidade, ou na diferenciação de uma *política para a África* e uma *política africanista*.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.
- BARBOZA, Mario Gibson. **Na Diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 2007.
- BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização**. Brasília: FUNAG, 2012.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. 2 v. Brasília: FUNAG, 2007.
- FONSECA JR., Gelson. **Legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GENETTE, Gérard. **Discurso da Narrativa**. Lisboa: Vega, 1996.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Ramiro Saraiva Guerreiro (depoimento 1985)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- _____. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. São Paulo: Siciliano, 1992.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional**. Recurso eletrônico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em 3 momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.
- PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- PINHEIRO, Letícia. **Brasil, Portugal e a descolonização africana (1946-1960)**. In: Contexto Internacional, v. 9, n. 5, 1989.
- RANGEL, Ignácio. **África e outros novos mercados**. In: Tempo Brasileiro, II, dez. 1962.
- RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África – Outro Horizonte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com a África**. In: Cervo, Amado Luiz (org.). O Desafio Internacional. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- SPEKTOR, Matias (org.). **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.